

Alguns aspectos e considerações sobre as avaliações do PISA na Roménia

ADÉL KISS

adelkacska83@yahoo.com

ILDIKÓ FEJES

fejesildiko1@gmail.com

ZOLTAN A. BIRÓ

dekanmtt@sapientia.siculorum.ro

Universidade de Sapientia, Roménia

RESUMO:

Como enquadramento para a implementação, o contexto educativo romeno apresenta elementos tanto favoráveis como desfavoráveis para as avaliações nacionais levadas a cabo pelo estudo PISA¹. Estes elementos estão intrinsicamente relacionados com a estrutura básica do sistema educativo, com os processos das reformas ocorridas nos últimos anos e com as expectativas sociais criadas quanto a eficácia e sucesso escolares. O presente estudo — desenvolvido com base nos resultados de entrevistas semi-estruturadas e análise de conteúdos — centra-se na forma como estes aspectos interrelacionados condicionam o curso dos processos nacionais de avaliação no âmbito do PISA e as percepções desenvolvidas em torno do PISA na Roménia.

PALAVRAS-CHAVE:

PISA, Contexto romeno, Educação pública, Percepções sobre o PISA.

Kiss, Adél; Fejes, Ildikó & Biró, Zoltan (2009). Alguns aspectos e considerações sobre as avaliações do PISA na Roménia. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 10, pp. 65-74.

Consultado em [mês, ano] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>

INTRODUÇÃO

A Roménia é um dos países da era pós-socialista que iniciou o processo de conclusão da pré-adesão à União Europeia (UE) com algumas desvantagens significativas. Desde 1989 até à adesão à UE ocorrida em 2007, a Roménia levou a cabo reformas profundas e registou uma transformação notável mas, mesmo assim, nos campos socio-económico, de evolução institucional e de desenvolvimento de políticas, etc. o país regista um atraso pronunciado. A razão para tal fenómeno deve-se claramente ao facto de o regime de ditadura comunista ter conquistado terreno durante a década de 1980 e ter exercido enorme influência na implementação de um regime democrático e de uma economia de mercado — iniciada de base — após 1989.

A aceleração dos esforços para concluir e cumprir a adesão à União Europeia e a forma como o país tenta corresponder às expectativas criadas constituem um processo controverso. Torna-se especialmente relevante a natureza contraditória do processo de adaptação quando se comparam os resultados apresentados por outros países. Nestes casos, co-existem dois tipos de atitude:

- o esforço desenvolvido para adaptação e observância do processo de adesão que também realçam as características formais e periféricas (quase superficiais) da própria adaptação,
- a tomada de consciência das desvantagens, lacunas e défices, algo que frequentemente provoca desconforto e frustração.

Em nossa opinião, todas as comparações representam simultaneamente um desafio. Os representantes oficiais, os especialistas, os representantes dos *media*, etc. pensam que se deveriam referir e realçar os esforços de adaptação mas ao mesmo tempo mostram-se constrangidos porque as desvantagens e défices existentes são difíceis de gerir.

A investigação que levámos a cabo sobre o inquérito nacional PISA criou uma situação típica em que, por um lado, sobressaiu de forma clara o esforço de adaptação mas, por outro, se evidenciaram as lacunas e os atrasos. Esta situação controversa e desconfortável definiu o curso, a organização e a avaliação da investigação.

O presente estudo coloca o enfoque na análise das duas atitudes atrás referidas quanto às investigações levadas a cabo pelo PISA. O estudo começa com uma breve descrição da política educativa, do contexto da investigação no sistema educativo e dos participantes do PISA, na Roménia. Segue-se a descrição das duas dimensões: a análise dos produtos PISA e a opinião do público. Por fim, apresentam-se algumas conclusões.

O CONTEXTO DA POLÍTICA EDUCATIVA

Para fazer uma abordagem teórica do contexto da política educativa nacional em que decorreram os trabalhos do PISA, procedemos ao estudo de bibliografia e crítica de diferentes especialistas no campo da política educativa. Neste contexto, tecemos algumas considerações quanto aos aspectos dos processos de reforma que caracterizam o desenvolvimento

da política educativa nacional romena. O primeiro e mais importante comentário que fazemos é o de que ainda não existe uma interligação entre as reformas da política educativa nacional e este facto para todos os efeitos dificulta de forma significativa a coerência dos referidos processos. Ao mesmo tempo, as reformas caracterizam-se por não levarem suficientemente em linha de conta os *outputs* pois parecem preferir concentrar-se nos *inputs*. Por estas razões, quando o sistema educativo enfrenta desafios inesperados as suas respostas são pontuais e residuais. Um factor agravante é o de não existir actualmente uma monitorização contínua no campo da educação e as alterações relacionadas com a “cultura da aprendizagem” são lentas. Estamos cientes de que a sociedade está numa posição de ansiosa expectativa por se encontrar no limiar da mudança. Nesta altura seria de importância fulcral formular questões como: “O que pretendemos?” e “Quais são as nossas necessidades?”

Quanto às políticas educativas, e de acordo com as respostas fornecidas pelos especialistas, poder-se-ão apontar as seguintes observações mais importantes:

- Um certo grau de descentralização e liberalização das políticas educativas;
- O desenvolvimento de mecanismos interactivos de decisão;
- O desenvolvimento conceptual de uma política na Educação (política de aprendizagem);
- A definição definitiva e global de políticas;
- Uma abordagem intersectorial coerente e contínua à definição de políticas;
- Uma planificação prévia e rigorosa de orçamentação concomitante à determinação moral de manter os planos escolhidos (Crişan, 2006).

Tanto os investigadores como os especialistas da área da educação estão de acordo em que, no campo da política educativa, os actuais processos de reformas nacionais são influenciados na sua génese por acontecimentos internos e externos (Murvai, 2006). As influências internas significam que a avaliação e re-avaliação tanto do sistema educativo como do currículo escolar nacional realizam-se actualmente de forma *ad-hoc* e apenas por reacção a

influências transitórias ou efémeras. Por outro lado, as influências externas que podem influenciar a definição de políticas educativas, provocadas, por exemplo, por deliberações comunitárias, podem ter o efeito coercivo de levar as entidades ligadas à educação a proceder a adaptações que, na melhor das hipóteses, podem não servir as necessidades da Roménia ou, pior ainda, não defender os interesses do País. Esta situação é grave e pode levar a uma diminuição do estatuto de independência da Roménia transformando-a numa espécie de país satélite dentro da União Europeia ou no interior de outras esferas de interesses nas quais o país se venha a encontrar, no plano da educação, como um país “quasi-cooperante” face a políticas educativas suportadas por vários países.

Os esforços de descentralização, incluindo a rápida apropriação de modelos ocidentais, caracterizam actualmente a esfera da política educativa na Roménia. Neste contexto, há áreas em que se revela importante o papel dos elementos anteriores (por exemplo, o currículo escolar) mas surgem agora novos desafios incluindo, como atrás referido, as políticas comunitárias para além da investigação levada a cabo pelo PISA.

Uma vez que os estudos do PISA têm um reflexo indirecto no currículo nacional (e esta relação é fortemente sentida no contexto romeno), apresentamos um breve resumo da evolução e desenvolvimento do currículo nacional. Na opinião de especialistas (Crişan, 2006; Fóris-Ferenczi, 1998; Székely, 1998) a reforma, nesta área, já se tinha iniciado no princípio dos anos 1990, mas nunca havia sido tornada pública ou adquirido qualquer visibilidade por falta de mediatização. No entanto, os programas de reforma que começaram a ser implementados após atingido o ponto mais baixo do sistema educativo em 1995, estavam intrinsecamente interrelacionados com o desenvolvimento do currículo de educação pré-universitária. Os anos compreendidos entre 1995 e 2000 são considerados como o período em que se procedeu a uma reforma sistemática e abrangente da educação, em que se incluiu a reforma efectiva do currículo escolar. Esta reforma ocorrera a *níveis conceptuais, institucionais e estratégicos* (Crişan, 2006). Este processo de reforma rapidamente foi objecto de tergiversação² após 2001, precisamente na altura em que se começava a consolidar a reestruturação

do currículo escolar. Esta reacção, juntamente com manobras de re-centralização, aliadas a outras de eliminação da iniciativa local, influenciou de forma significativa, a níveis institucional e organizacional, tanto o currículo como as reformas recentemente implementadas. Quanto ao desenvolvimento do currículo nacional, o ano de 2005 assinala o início do período em que a reforma começou a ressurgir e em que os actores políticos afirmaram repetidamente a necessidade de existência de análises e avaliações profissionais nos processos de tomada de decisão sobre políticas educativas. Acresce ainda a existência de algumas iniciativas de re-avaliação dos acontecimentos ocorridos antes de 2001.

INVESTIGAÇÃO LEVADA A CABO NA ROMÉNIA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Quanto à investigação na área da educação, talvez o reflexo profissional mais importante seja a existência de um maior número de iniciativas e propostas experimentais neste campo por comparação com outros (por exemplo, no âmbito da política social ou da migração), mas mesmo assim a investigação nesta área pode caracterizar-se pela ausência de legitimidade. As abordagens críticas colocam ênfase no facto de não existir na investigação feita na área da educação, tanto a nível internacional (contrastiva) como a nível nacional, um verdadeiro modelo que pudesse resolver as dificuldades de tratamento de resultados (Vasile, 2007) ou implementar qualquer desenvolvimento baseado nas avaliações internacionais e nacionais. O actual sistema de teste e avaliação pode caracterizar-se como passivo; as avaliações são sumativas e formativas, não estando previstas escalas de desempenho que pudessem oferecer uma solução complexa e hierarquizada dentro do sistema nacional. As competências trans-disciplinares independentes do currículo são testadas apenas de forma muito ligeira. De modo geral, não existe uma autêntica correlação entre a investigação, a tomada de decisões políticas e a educação. A ausência de uma análise verdadeira, aprofundada e interpretativa do impacto destas lacunas impede a criação daquela “massa crítica” que poderia conduzir o sistema educativo nacional a mudanças e inovações mais produtivas. De igual forma, também não existe uma harmonização activa e deliberada dos dois tipos de avaliação (avaliações nacional e

internacional). Não se faz geralmente a correlação das avaliações internacionais com os resultados das avaliações nacionais.

Do ponto de vista da investigação conduzida no âmbito da educação, uma outra constatação fulcral é a de que os especialistas não se preocupam com as análises contrastivas dos resultados das diferentes avaliações internacionais e não estão verdadeiramente interessados em utilizar os resultados dos estudos contrastivos internacionais. Há habitualmente uma falta de continuidade entre o discurso da prática e das políticas educativas; os especialistas não se envolvem nas acções com um sentido recíproco de responsabilidade no que toca ao uso dos resultados. Simultaneamente, as opiniões críticas ajudam a formular algumas questões que poderiam contribuir para resolver o problema da legitimidade.

PARTICIPANTES NO PISA NA ROMÉNIA

— CO-OPERAÇÃO, PERSPECTIVAS, INTERESSES

Os intervenientes principais do PISA nacional são, por um lado, o Governo e, por outro, o Ministério. Ambos definiram, a nível nacional, o enquadramento jurídico e regulador absolutamente indispensável à implementação do PISA. O Governo define as condições nacionais do PISA por meio das suas decisões. Simultaneamente, a temática desta investigação passa também a constar dos documentos estratégicos de alta prioridade. Dentro do Ministério, as pessoas mais importantes são o Ministro, os Secretários de Estado e o organismo de tomada de decisão. Ao Ministério compete a definição da regulamentação ministerial e a organização administrativa do PISA. A nível nacional, esta é claramente uma competência do Ministro que terá de ser desempenhada em colaboração com os funcionários do Ministério. De facto, esta função faz parte das tarefas típicas do dia-a-dia do Ministério.

Por outro lado, o organismo encarregado da implementação desempenha também um papel importante junto dos responsáveis do projecto que são coadjuvados por outros especialistas (sociólogos, investigadores, etc.). As opiniões emitidas quanto aos interesses e perspectivas do centro PISA estão intrinsecamente relacionadas com o cumprimento das tarefas obrigatórias e com a observância rigorosa de padrões; no entanto, surgiram outros pormenores durante as entrevistas que levaram ao aparecimento

de ideias novas e animadoras. O coordenador principal do projecto esforçou-se por estabelecer uma cooperação mais eficaz com os outros coordenadores do projecto (oriundos do contexto internacional).

Outros participantes no PISA incluem as Inspeções das Escolas Distritais e seus representantes (a nomeação de pessoal faz-se de inquérito para inquérito, mas a selecção é feita tendo em conta a relação existente entre os domínios profissional e de investigação. Assim, nesta perspectiva, não existe ainda continuidade a este nível). Uma outra característica é a de que o número de escolas participantes na investigação em determinado distrito altera-se de um ciclo PISA para o outro. No entanto, as escolas desempenham um papel muito secundário, ou seja, o de disponibilizar o grupo etário pretendido para participar no processo de avaliação.

Contam-se entre outros participantes possíveis os especialistas, os consultores e os participantes consultivos da política educativa nacional. De entre estes participantes, não podemos deixar de salientar a instituição de Educação Central 2000+ [Central Education 2000+] e o Instituto das Ciências da Educação (ICE) [Institute for Educational Sciences]. A primeira instituição é um órgão consultivo politicamente independente; a segunda é uma instituição nacional de investigação e desenvolvimento no campo da educação. O ICE desempenha um papel importante na elaboração de documentos de política educativa — algo que se relaciona com o seu ponto de vista institucional. No âmbito do CEDU2000+, foram também elaborados documentos relacionados com a análise da política educativa, mas a investigação feita pela instituição foca primordialmente a análise do currículo. A instituição desempenha um papel importante na elaboração de materiais metodológicos de apoio e de guias práticos e as suas obras apresentam habitualmente opiniões profissionais específicas e diferentes.

No decurso do processo de implementação, o Centro PISA romeno mantém relações com os Centros PISA moldavos e húngaros, embora estes últimos estejam especialmente envolvidos na tradução dos questionários necessários para aplicar junto das minorias. Estas relações não revestem um significado especial apesar de poderem representar possibilidades reais de cooperação profissional e planificação conjunta do futuro.

Em suma, o modelo básico do processo PISA romeno assenta nos seus dois representantes mais destacados. O organismo encarregado da implementação do processo está na absoluta dependência do Ministério e, de forma menos acentuada, de pareceres profissionais. Da observação dos resultados concluímos que na implementação nacional do PISA, especialmente no processo de avaliação, há uma escala decrescente de tarefas em que os participantes do nível médio não têm de facto qualquer papel a desempenhar e os participantes posicionados nos níveis abaixo do médio se ocupam de tarefas irrisórias. Por conseguinte, no que diz respeito ao PISA romeno, tanto o contexto nacional como o internacional assumem a maior importância.

COMPARAÇÃO DE DUAS ÁREAS DE ACÇÃO

ANÁLISE DOS PRODUTOS PISA (RELATÓRIOS, DOCUMENTOS, BROCHURAS — DISSEMINAÇÃO)

Deparámo-nos com três tipos de documentos nesta categoria: os relatórios nacionais PISA (2000, 2006), o relatório de administração do programa PISA (2005-2006) e a “brochura de formação” dos dois últimos ciclos de investigação (2006 a 2009). De seguida, apresentamos informações mais pormenorizadas, sob forma de apontamentos, relativas a estes documentos (por ordem de divulgação):

O Relatório nacional sobre o inquérito de 2000 (PISA — Programa Internacional OCDE de Avaliação dos Alunos; Relatório nacional; Centro Nacional sobre Currículo e Avaliação na Educação Pré-Universitária; Bucareste, 2002) [PISA — OECD International Student Assessment Program; National report; National Centre on Curriculum and Assessment in Pre-university Education; Bucharest, 2002] foi publicado em 2002³. A sua estrutura é a seguinte: no início contém informações de carácter geral sobre o PISA romeno, uma introdução sobre o PISA e uma descrição geral da apresentação dos métodos — especialmente da escala PISA; outro capítulo seguido da descrição da organização nacional do projecto e — no que é consideravelmente uma parte mais desenvolvida deste documento — apresenta a descrição dos resultados dentro do contexto nacional.

Fazemos algumas observações a este documento:

- O relatório apresenta valores em médias, em tabelas e gráficos, sublinhando os resultados nacionais (abaixo da média), com um comentário breve de nível geral — fornecendo apenas um enquadramento para a interpretação dos resultados.
- O relatório enfatiza de forma especial o modo como os resultados deveriam ser interpretados — em primeiro lugar — no contexto socio-económico e de política educativa nacionais; na ausência deste contexto a comparação não está correcta (o valor do PIB destinado à educação desempenha um papel importante mesmo na interpretação romena).

Os capítulos iniciais fornecem descrições precisas e minuciosas, sendo menos específica a revisão dos resultados. O relatório preocupa-se com as três áreas (literacias em contexto de leitura, de matemática e de ciências), e apenas algumas questões se reflectem nos resultados nacionais; o enfoque é colocado, em grande medida, na comparação estabelecida com os outros países. No fim do relatório, lê-se que o objectivo do PISA não é o de apresentar explicações causais (apesar de se poderem classificar alguns factores ou de estes poderem ser utilizados para explicar os resultados obtidos). Da mesma forma, as conclusões não incluem explicações, mas antes mais resumos, em termos gerais, baseados nos resultados dos países.

O relatório de administração do programa PISA (*National report of the administration of the program: 2005-2006*. Serviço Nacional para Avaliação e Exame: Centro nacional PISA 2005-2006; Bucareste, 2006)⁴ aborda aspectos e problemas diferentes da administração e define um enquadramento para futuras interpretações contextualizadas. Em suma, o relatório é uma descrição geral e pormenorizada do PISA (por exemplo: o que é o PISA, quais os parâmetros da participação romena, o contexto específico do PISA na política educativa, os padrões técnicos e as responsabilidades do organismo de implementação nacional, etc.). Descreve ainda toda uma série de acontecimentos dentro de um ciclo de investigação e contém a lista das escolas seleccionadas para aplicação do PISA bem como o inquérito (perguntas do teste com exemplos) e conclusões (gené-

ricas). Este relatório é um material útil para ajudar a familiarização com o PISA; é conhecido e usado no contexto nacional como um manual de referência, o manual da administração. Apurámos nas entrevistas que se trata de um documento que é considerado de grande importância não apenas em termos teóricos como práticos. É o resultado da re-adesão ao PISA em 2006 e pode ser considerado como prova de que se deve encarar o PISA seriamente, a nível nacional.

O relatório do inquérito produzido em 2006 (*OECD International Student Assessment Program, PISA 2006*. Relatório do Centro Nacional: Bucareste, 2008) foi publicado em 2008. Quanto ao conteúdo, a introdução discute o contexto e as condições nacionais do inquérito de 2006, descreve de forma sumária o contexto actual da política educativa nacional e reserva uma pequena parte ao enquadramento teórico e prático do inquérito. Por comparação com o relatório apresentado em 2000, este relata os resultados de forma muito mais vasta e aprofundada. Este relatório centra-se na situação romena, apresenta quadros com variáveis dos valores médios e a posição do país quando comparado com outros países. Uma parte mais desenvolvida descreve pormenorizadamente — com exemplos concretos — as perguntas do teste e os critérios de correcção. Apresenta algumas conclusões mas de forma muito sumária. O que se pode concluir deste relatório prende-se com a avaliação do pensamento científico interdisciplinar, algo que exige um esforço especial por parte dos alunos romenos. Este facto pode considerar-se um sinal de preocupação, algo que motiva os profissionais desta área a repensar o currículo uma vez que esta reflexão poderia apontar para a possibilidade de atingir a desejada progressão.

As brochuras dos testes dos inquéritos de 2006 e 2009 (*OECD International Student Assessment Program, PISA 2006*. Brochuras dos testes — preparação para o PISA, 2006. *OECD International Student Assessment Program, PISA 2009*. Brochuras das provas de preparação para o PISA, 2009)⁵. As brochuras com as provas de preparação estão disponíveis na *webpage* do Ministério mas a sua utilização não é referida nem nas entrevistas nem nos documentos que examinámos. Quanto ao seu conteúdo: incluem informações práticas relativas aos testes e a chave de correcção, elementos que podem revestir grande utilidade prática.

Em suma, dentro do contexto nacional, os documentos atrás mencionados são reconhecidos, de modo geral, como documentos oficiais, o que revela sinais de aceitação formal do PISA como instrumento internacional de avaliação. Por outro lado, são também a prova dos esforços dos representantes oficiais no sentido de adaptação e observância. Não se registou qualquer debate ou oposição relativamente aos documentos apresentados, não tendo contudo sido feita qualquer outra análise aos aspectos do PISA. Estes documentos são em grande parte apenas informativos uma vez que transmitem o contexto e o método do instrumento internacional de conhecimento.

A OPINIÃO DO PÚBLICO: COMENTÁRIOS, DEBATES NA *INTERNET*

As características gerais da opinião pública (comentários *online* em artigos de jornais) são as seguintes: existe apenas um número diminuto de comentários e observações; parece que se torna difícil para a sociedade romena exprimir as suas opiniões, especialmente em público, como se não tivesse tempo, nem energia ou motivação para o fazer. São praticamente inexistentes os debates correntes como reacção às opiniões expressas. Quando existem comentários no contexto de um artigo, assumem geralmente a forma de monólogos. São também inexistentes as observações feitas às reformas, pois não se registam opiniões individuais, e de país, que assumam responsabilidade nestas questões. Esta é uma situação compreensível numa sociedade que está ainda a sair de uma atmosfera totalmente repressiva de comunismo socialista em que não só se desencorajava como se punia severamente a emissão de uma opinião pessoal. No entanto, interrogamo-nos se não terá chegada a altura para assumir uma posição mais corajosa, em que os detentores da autoridade, especialmente os pais, tomem a iniciativa e aceitem a responsabilidade pela participação activa na educação dos seus próprios filhos (até pelo facto de que quase todas as despesas relacionadas com a educação estarem a cargo dos pais/famílias e o estado assumir uma parte ínfima desses custos). Sempre que possível deveria incentivar-se a realização de debates aprofundados, seja qual for a forma como ocorram, se de facto se pretende que

a Roménia faça progressos reais e assuma o lugar a que tem direito na comunidade internacional.

Os resultados dos inquéritos do PISA romeno são chocantes, independentemente da forma como são encarados ou, pelo menos, deviam sê-lo. Encontramos os seguintes mecanismos de atenuação do choque em comentários:

Contra o choque: (na maioria dos casos) — querendo dizer que os resultados do PISA não causaram nenhum choque!

- O Romeno é sensato por natureza; os Romanos não precisam de ser comparados com os naturais de outros países.
- Os resultados do PISA não são relevantes. Os Romanos são muito mais inteligentes do que os que ficaram em primeiro lugar no inquérito PISA.
- O PISA é uma enorme mentira e, por conseguinte, não deveria ser levado a sério.
- Os resultados do PISA são objecto de manipulação, de acordo com a influência de cada país. O facto de a Roménia estar tão mal posicionada, a nível dos resultados, deve-se às manipulações dos países mais influentes e à falsificação dos dados.
- Os resultados do PISA na Roménia são maus porque não avaliam os alunos das boas escolas em que os estudos “lhes estão na massa do sangue”.
- Os resultados da Roménia são baixos porque as escolas ensinam “outras” coisas e não as que são objecto de avaliação nos testes PISA. O teste PISA não tem qualquer relevância no país.

Em busca de um bode expiatório:

- Os professores são os únicos responsáveis pelos maus resultados. Não são bem pagos, não estão suficientemente motivados nem controlados.

Letargia

- Se a Roménia está em último lugar em todas as áreas, será surpreendente que o inquérito PISA o tenha revelado?
- Finalmente existe algo que mostra o verdadeiro estado em que o país se encontra, porque de outra forma toda a gente na Roménia escamoteia a verdade.
- Não vale a pena estudar na Roménia porque não é a instrução que origina o sucesso.

RESUMO, CONCLUSÕES

A investigação e o estudo que levámos a cabo centram-se na análise de uma atitude controversa (forte motivação para adaptação a contextos novos e/ou internacionais e consciência das desvantagens e dificuldades nacionais). Com base nos resultados e na nossa experiência, apresentamos de seguida os resultados mais importantes da investigação sobre o tópico em questão:

- O contexto desfavorável da política educativa descrito no início do estudo reveste-se de importância primária e fulcral e provocou, como consequência, uma resposta negativa ao PISA nacional.
- No modelo nacional do PISA a formulação e responsabilidade da tarefa está a cargo de dois destacados representantes do Centro, o Governo e o Ministério. Por seu turno, estas duas entidades estabelecem o enquadramento jurídico necessário (ou legislação) para a implementação do processo. Geralmente o Governo decide e, em conformidade com essa decisão, é atribuída ao PISA uma posição (sob a forma de referências) entre os documentos-chave estratégicos. O Ministério executa a legislação sectorial da responsabilidade do Governo; a sua tarefa consiste na organização administrativa deste instrumento. Esta tarefa é definida como tipicamente de competência ministerial e tem de ser resolvida em cooperação estreita com os actores regionais. Nesse sentido, em conformidade com as normas

definidas pelo Governo e delegadas no Ministério, procede-se ao lançamento do processo e inicia-se a sua implementação. Este processo parece constituir um conjunto de tarefas simplificadas a nível operacional.

- Com base na investigação sobre a implementação nacional do PISA (especialmente no processo de avaliação), a escala das tarefas é descendente e os actores de nível médio e local desempenham papéis e tarefas mínimos. Por consequência, no que respeita ao PISA romeno, o contexto nacional assume uma muito maior importância, seguida pela relevância do contexto internacional.
- A partir do processo acima descrito (entre o Governo e o Ministério) verifica-se geralmente a inexistência de uma mais vasta disseminação, da preparação do contexto, dos preparativos para futuros discursos públicos e profissionais, de informação e disseminação geral. Deste modo, o PISA não consegue ser nem uma preocupação pública nem profissional.
- O modo de tratamento do PISA a nível nacional mostra que as alterações relacionadas com a implementação ainda não são suficientemente abrangentes, além de que a utilização deste instrumento de avaliação de conhecimentos é apenas parcial.
- Os resultados da investigação indicam ainda que, em termos gerais, não existe uma relação visível entre os resultados do PISA e os processos de reforma em desenvolvimento, seja a nível de conteúdo ou de referência.

1. O presente estudo é uma versão abreviada e revista do relatório nacional sobre o PISA elaborado pelo grupo de trabalho romeno no âmbito do enquadramento fornecido pelo projecto de investigação KNOWandPOL (consultado em Agosto de 2009 em <http://www.knowandpol.eu>).

2. Neste contexto, entendemos tergiversação como uma atitude reaccionária às reformas já concluídas, atitude essa que implica uma mudança de opinião e um desejo evasivo ou ambíguo de voltar aos antigos métodos e sistemas.

3. <http://www.edu.ro/index.php/articles/8961> (consultado em Dezembro de 2008).

4. <http://www.edu.ro/index.php/articles/9159> (consultado em Novembro de 2008).

5. http://www.edu.ro/index.php/articles/search?articles_fields%5btittle%5d=1&q=pisa (consultado em Fevereiro de 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRISAN, A. (coord.) (2006). *Patru exerciții de politică educațională în România*. București: Humanitas Educational.

FÓRIS-FERENCZI, R. (1998). (Tan)tervek átértékelődése. *Korunk*, 9. Consultado em Março de 2009 em <http://www.korunk.org/korunk/?q=no de/8&ev=1998&chonap=9&cikk=9518>

MURVAI, L. (coord.) (2006). *Panorama învățământului pentru minoritățile naționale din România în perioada 2003-2006*. București: Editura CNI Coresi.

SANDI, A. M. & MOARCAȘ, M. (2007). *România. Notă privind politicile educaționale*. Consultado em Março de 2009 em <http://siteresources.worldbank.org/intromaniainromanian/resources/educationpolicynoteromanian.pdf>

SZÉKELY, Gy. (1998). Közoktatási reform Romániában. *Korunk*, 9. Consultado em Março de 2009 em <http://www.korunk.org/korunk/?q=no de/8&ev=1998&chonap=9&cikk=9517>

VASILE, L. (2007). *Evaluările internaționale ale elevilor români: Brandul unei mediocrăți inevitabile? Managementul strategic și operațional: pârgurile acțiunii viitoare*. Consultado em Março

de 2009 em www.geocities.com/andrei%20parvan/leo_brandul.pdf

DOCUMENTOS E OUTRAS FONTES

Brosura de test — antrenament PISA 2006 (Consultado em Fevereiro de 2009 em <http://www.edu.ro/index.php/articles/c827/>).

Brosura de test — antrenament PISA 2009 (Consultado em Fevereiro de 2009 em <http://www.edu.ro/index.php/articles/c827/>).

Educație și cercetare pentru societatea cunoașterii (Consultado em Dezembro de 2008 em http://www.presidency.ro/static/ordine/educatie_si_cercetare_pentru_societatea_cunoasterii.pdf).

Evaluarea națională la finalul clasei a IV-a. Ministerul Educației, Cercetării și Tineretului, Centrul Național Pentru Curriculum și Evaluare în Învățământul Preuniversitar. București, 2007.

Pactul Național Pentru Educație, 2008 (Consultado em Dezembro de 2008 em http://www.presidency.ro/static/ordine/pactul_national_pentru_educatie.pdf).

PISA — Programul Internațional OECD pentru evaluarea elevilor. Raport național București, 2002 (Consultado em Novembro de 2008 <http://www.edu.ro/index.php/articles/8961>).

Programul Internațional OECD Pentru Evaluarea Elevilor PISA 2006. Raportul Centrului Național. Ministerul Educației, Cercetării și Tineretului, Centrul Național Pentru Curriculum și Evaluare în Învățământul Preuniversitar. București, 2008.

Raportul național al administrării programului: 2005-2006. Serviciul Național de Evaluare și Examinare (Centrul Național PISA 2005-2006): București, 2006 (Consultado em Janeiro de 2009 em <http://www.edu.ro/index.php/articles/9159>).

România Educației, România Cercetării. Raportul Comisiei Prezidențiale pentru analiza și elaborarea politicilor din domeniile educației și cercetării (Consultado em Fevereiro de 2009 em <http://edu.presidency.ro/cv/raport.pdf>).

Tradução de Eduarda Melo Cabrita

